

Econ - Brasil

Cardoso diz que remarcações são criminosas

São Paulo — Em um encontro com mais de cem empresários na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, procurou traçar um quadro realista, puxando um pouco mais para o otimismo, sobre a realidade do País. Dessa forma, ele tentou mostrar aos industriais que não existe motivo para remarcação preventiva de preços que, na sua avaliação, “é criminosa”.

“Os empresários precisam ter um comportamento mais condizente com a realidade, não houve qualquer alteração no quadro, por exemplo, para a remarcação feita nos últimos dias”, comentou logo após a reunião. Ele afirmou que como todos os setores organizados da sociedade, incluindo Governo, ganham com a inflação, não há uma necessária cooperação no seu combate.

“Não há solução no curto prazo para o problema de uma inflação de 40 anos, ela está enraizada e é defendida por várias instituições”, afirmou. O próprio Governo, ressaltou, perde quando a in-

flação cai. “Infelizmente ela é calculável, pois se fosse em zig-zague quebraria empresas”, observou. Ele acha que apenas perde com os altos índices inflacionários a parcela da população que não está dentro das instituições. “O pior é que existem aqueles especialistas em prever a inflação do próximo mês, no final não é o índice que mostra o seu crescimento, mas são eles que definem qual será a taxa”, analisou.

Reforma - O ministro concordou com a proposta que vem sendo defendida há meses pela Fiesp, sobre a necessidade de antecipar a reforma fiscal e tributária. “Mas isso é muito difícil, já que toda a matéria da reforma fiscal é constitucional”, completou. Na sua opinião, não existem perspectivas sombrias para o segundo semestre, como preferem apostar alguns setores. Ele disse que o problema da dívida externa, que tanto preocupou em outros anos, hoje está praticamente equacionado. Na área da dívida interna, ele também não considera o quadro assustador. “A dívida

real é de 30 bilhões de dólares, o resto é gráfico do Tesouro para o Banco Central e vice-versa”.

Ao falar sobre o superávit das contas do Tesouro em junho, de Cr\$ 9,3 trilhões, Cardoso explicou que a maior pressão sobre a expansão dos meios de pagamento continua sendo a das reservas cambiais, sem que haja crescimento do total de importações. “Muitos diziam que não conseguiríamos aprovar o IPMF, ele passou no Congresso. O mesmo aconteceu com o corte no Orçamento de seis bilhões de dólares, também foi aprovado”.

Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Fiesp, também procurou apresentar um cenário mais otimista, explicando ao ministro que o setor industrial apresenta sinais de reaquecimento, o nível de emprego industrial permanece estável e a indústria paulista teve um aumento de produtividade da ordem de dez por cento nos últimos dois anos. E defendeu a livre negociação salarial e uma nova estrutura tributária que não puna produção e investimento.